

Desmatamento > galopante

A informação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que registrou, até o mês de junho, um total de 920,4 km² de desmatamento na Amazônia Legal brasileira, caiu como uma bomba no governo de Jair Bolsonaro que negou a informação.



Pressão aumenta

O presidente Jair Bolsonaro questionou todos os dados de desmatamento divulgados pelo Inpe. Ele afirma não haver desmatamento.

88%

O aumento

de desmatamento em comparação ao mesmo período do ano passado.

Queimadas ajudam a devastar a floresta

O aumento do desmatamento está relacionado com o registro de queimadas e focos de calor, ocasionados pelo homem



Arquivo AC

Análise

Carlos César Durigan



GEÓGRAFO, AMBIENTALISTA
E DIRETOR DA WCS BRASIL

“Danos irreparáveis”

A expansão do desmatamento tem sido a dura realidade no Amazonas nas últimas décadas. O uso do fogo para limpeza de pequenas áreas para a agricultura tradicional amazônica é milenar, mas infelizmente seu uso é também a principal forma de se expandir o desmatamento, que é mais intenso em regiões intensivamente ocupadas e que também correspondem aos principais eixos rodoviários e arredores de núcleos urbanos no estado. As consequências deste processo que tem se intensificado nos últimos anos são: a perda gradual e permanente da cobertura florestal natural e a biodiversidade associada. Há um aumento também de queimadas em áreas de várzea e igapó, causando danos irreparáveis também à biodiversidade aquática, uma vez que as florestas inundáveis que servem de refúgio e área de alimentação para muitas espécies durante as cheias deixam de existir.

Devido ao aumento no número de queimadas, o governo do Estado assinou, no dia 2, um decreto para declarar situação de emergência no Sul do Estado e na Região Metropolitana de Manaus

REBECA BEATRIZ
politica@acritica.com

A maior floresta tropical do mundo é também a que possui maior quantidade de área desmatada. A informação é do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que registrou, até o mês de junho, um total de 920,4 km² de desmatamento na Amazônia Legal brasileira. O aumento foi de 88% em comparação ao mesmo período do ano passado, e é o pior desempenho desde 2016.

A estatística está relacionada, entre outros fatores, com o registro de queimadas e focos de calor, deixando a floresta em sinal de alerta no que diz respeito aos meios de produção, agricultura familiar, extrativismo vegetal ou mesmo vidas. É o que explica o mestre em Ecologia e Analista de Projetos e Pesquisas da Fundação Vitória Amazônica (FVA), Marcelo Augusto dos Santos Junior.

“O uso do fogo pode perder controle, queimando roçados, casas e a floresta, gerando consequências como o comprometimento da segurança alimentar de pequenos agricultores e a degradação da floresta, tornando-a suscetível a novos incêndios, podendo levar ao desmatamento, além da grande

Como denunciar

Os casos de queimadas irregulares podem ser denunciados ao Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) por meio dos telefones (92) 2123-6715 e 2123-6729, das 8h às 17h, ou pelo (92) 98455-7379 (WhatsApp).

concentração de fumaça”, diz.

De acordo com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente (Sema), entre janeiro e julho de 2019, o Amazonas registrou 1.699 focos de calor. A maior concentração foi no município de Apuí, a 453 quilômetros de Manaus. Depois, aparecem: Novo Aripuanã (152 focos), Lábrea (119), Manicoré (94), Canutama (71), Humaitá (54), Boca do Acre (32), Maués (30), Manacapuru (18) e Autazes (10). No ano passado, nessa mesma época, foram registrados 327 focos, concentrados principalmente nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Barcelos e Autazes.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Devido ao aumento no número de focos de calor, o governo do Estado assinou, na sexta-feira (2), um decreto para declarar

situação de emergência no Sul do Estado e na Região Metropolitana de Manaus, devido às consequências do desmatamento ilegal e das queimadas não autorizadas. Para o titular secretário estadual de Meio Ambiente, Eduardo Taveira, a medida irá solucionar de maneira mais rápida o problema, minimizando os impactos ambientais.

“O objetivo do decreto é dar mais agilidade ao deslocamento das forças de combate às queimadas para que a resposta ao aumento identificado tenha efeitos imediatos”, disse.

MONITORAMENTO

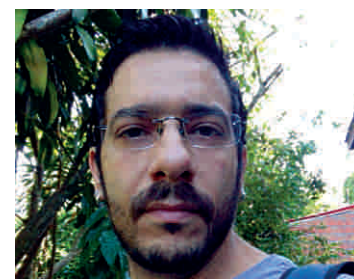
Desde o mês de julho, há um procedimento preparatório por parte do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado para monitorar as ações administrativas do Estado e do Município. O procurador de contas, titular da Coordenadoria do Meio Ambiente, Ruy Alencar explicou os próximos passos.

“Se ficar constatada a omissão e a negligência em relação a esse dever fundamental exigido constitucionalmente, os gestores eventualmente culpados, poderão sofrer sanções de multas, condenação a ressarcir danos ambientais e ter suas contas reprovadas”, destacou.

Análise

“ Marcelo Augusto dos Santos Junior Mestre em Ecologia

O aumento do desmatamento na Amazônia está relacionado não somente aos incêndios florestais e queimadas, na realidade o maior efeito do fogo é tornar a floresta frágil para a derrubada das árvores. Na Amazônia, os maiores vetores de desmatamento são rodovias, estradas oficiais, e os “ramais”, estadas não oficiais, seguidos da rede rios. Geralmente estes vetores agregam ocupações humanas, cidades, comunidades, vilare-



jos e residências isoladas. As consequências do aumento do desmatamento são diversas, a degradação e corte raso das florestas comprometem o extrati-

vismo vegetal, meios de produção e modos de vida tradicionais, libera carbono na atmosfera aumentando níveis de gases do efeito estufa, compromete a ciclagem da água, afetando serviços ecossistêmicos e biodiversidade, gerando impactos socioambientais. Como sociedade podemos chegar positivamente longe nas questões socioambientais e desenvolvimento sustentável, mas historicamente há avanços e retrocessos.

Exoneração após declarações

Após polêmica envolvendo o presidente Jair Bolsonaro (PSL) sobre os registros do avanço do desmatamento na Amazônia, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, anunciou na última sexta-feira (2) que será exonerado do cargo.

“Minha fala sobre o presidente gerou constrangimento,

então eu serei exonerado”, declarou.

O embate teve início em 19 de julho, quando o chefe de Estado contestou os dados do Inpe que mostravam aumento de 88% no desmatamento da floresta amazônica em comparação com o mesmo período do ano passado.

“Pelo nosso sentimento, isso não corresponde à verdade e parece até que (o presidente do In-

pe) está a serviço de alguma ONG”, afirmou Bolsonaro.

A comunidade científica manifestou apoio a Galvão.

O Inpe, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é responsável por monitorar a Amazônia desde 1988. O órgão divulgou novos dados ambientais, dessa vez sobre aumento de 40% no desmatamento nos últimos 12 meses.